



SERPAJ/BRASIL

24 AGO 1994

JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA

ANO XIII

Nº 26

JULHO/94

Órgão Informativo do SERPAJ/Brasil

IX ASSEMBLÉIA DO SERPAJ/BRASIL

O SERPAJ/BRASIL ESTARÁ REALIZANDO SUA IX ASSEMBLÉIA NACIONAL, DURANTE OS DIAS 15 A 19 DE AGOSTO, COM A PARTICIPAÇÃO DE DELEGADOS DOS GRUPOS DE BASE QUE INTEGRAM A ENTIDADE.

PÁGINA CENTRAL



VII ASSEMBLÉIA LATINO AMERICANA

O SERPAJ/América Latina estará realizando sua VII Assembleia Latino Americana, durante os dias 18 a 24 de julho, com a participação de delegados dos Secretariados Nacionais do SERPAJ.

Com mais esta Assembleia o SERPAJ poderá aprofundar os seus princípios de ação, sua organização e plano de trabalho para os próximos 4 anos.

Páginas 08 e 09.....

EDITORIAL

Acontecerá a IX Assembleia Nacional do SERPAJ/Brasil de 15 a 19 de agosto, em Brasília.

Esta coincide com a comemoração dos 20 Anos de SERPAJ na América Latina. Foram anos de trabalho e dedicação de muitas pessoas que construíram, com esforços, esta entidade. Nestes 20 anos aconteceram mudanças importantes neste continente. Isto propiciou ao SERPAJ uma série de adequações, desde que estas contribuíssem para a defesa e promoção dos Direitos Humanos através da Não-Violência e da busca constante de Paz.

No Brasil o SERPAJ atua há 16 anos com o objetivo de descobrir as causas da injustiça, da violência e de resolver os conflitos sem violência. O SERPAJ/Brasil enveredou por caminhos cada vez mais estreitos com as camadas sociais que lutam para garantir os seus direitos que são violados.

Nesta IX Assembleia, serão avaliados e redefinidos os Princípios, a Organização e o Programa de Ação para o Triênio 1994-1997.

Educação para a Paz, Não-Violência, Solidariedade, Desmilitarização e Direitos Humanos são os princípios que orientam a atuação da entidade a nível nacional, objetivando a execução das atividades propostas e assumidas em assembleia.

O atual CN encerra, entre outras atividades, a edição deste Boletim e deseja a próxima coordenação eleita, progressos e avanços na luta não-violenta no Brasil.

CICEZO

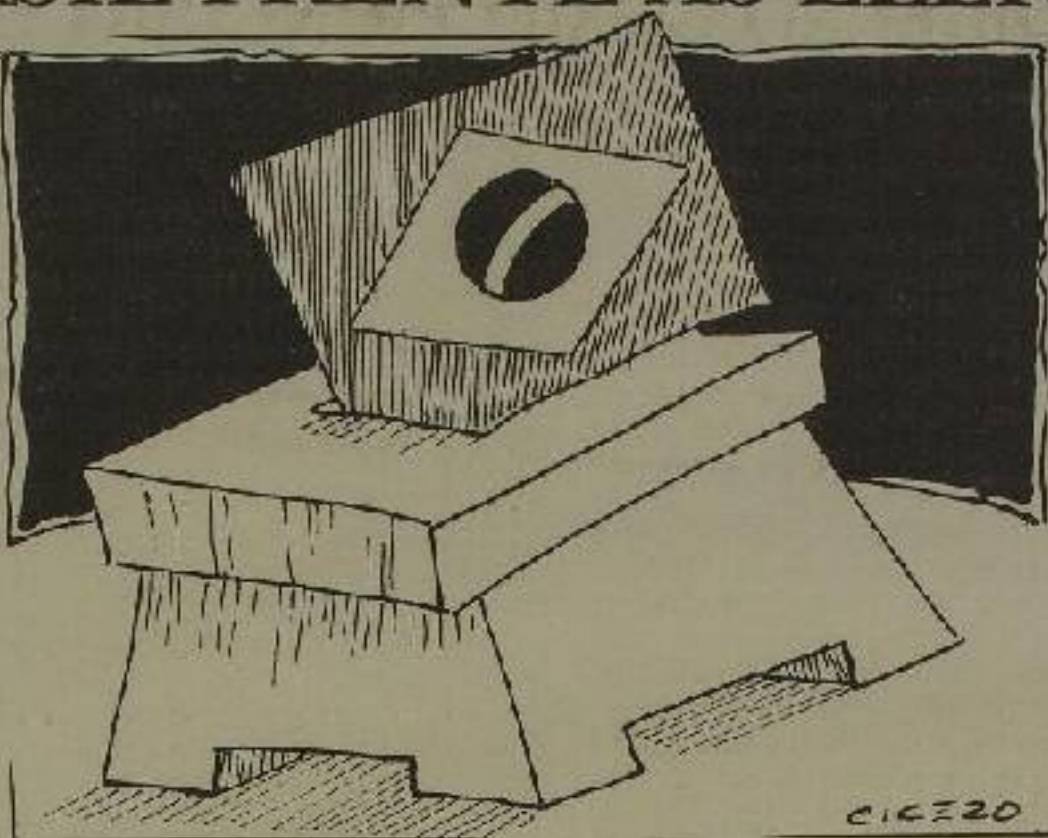
O BRASIL FRENTE AS ELEIÇÕES

Maria Sílvia Cavalcante

A sociedade brasileira prepara-se para eleger o último presidente da República do século XX. Também serão eleitos, em outubro próximo, governadores, senadores e deputados federal e estadual. A solução dos problemas do Brasil deverá passar pela instituição de um novo padrão de governo. Um governo que seja sustentado por uma administração baseada em valores éticos e democráticos, com condições de fazer reforma agrária, redistribuição de renda e todas as mudanças necessárias e capazes de dar as condições para a formação de uma sociedade justa e igualitária.

A questão que se enfrenta diante da necessidade de se criar um governo novo e uma administração transparente, com uma atuação voltada para a maioria é: qual dos candidatos à Presidência da República tem condições de contribuir para estas mudanças?

Não cabe aqui dar a resposta, mas apenas fazer algumas considerações sobre os candidatos e seus partidos. Os candidatos com mais peso político são: Luís Inácio Lula da Silva (PT), primeiro lugar nas pesquisas de opinião; Fernando Henrique Cardoso (PSDB), segundo lugar; Leonel Brizola (PDT), terceiro lugar; Orestes Quércia



(PMDB) e Esperidião Amin (PPR).

Os candidatos que são representantes dos grupos econômicos e políticos conservadores são Amin e Quércia. Sobre seus partidos pesam o fisiologismo, a adesão a um projeto econômico baseado na recessão e no sacrifício dos trabalhadores e na exclusão de uma grande parcela da população. Claro que não se pode esquecer que um dia existiu um PMDB que combateu a ditadura militar. Infelizmente este PMDB morreu, deixando uma sigla nas mãos de grupos de políticos que nada têm em comum com sua história passada, com raríssimas exceções.

Também não se pode apagar da memória a atuação de

Brizola contra a ditadura. Talvez seja o PDT, e não o PSDB, que melhor represente a tentativa de se estabelecer no Brasil a social-democracia. Muitos acreditam que a social-democracia tenha condições de "humanizar" o capitalismo selvagem no Brasil. Seus críticos, entretanto afirmam que a Social Democracia ao aceitar participar do sistema sócio-econômico e político capitalista sem transformações profundas, não pretende mudar as regras do jogo.

O PSDB de FHC optou por uma aliança com o conservador PFL de Antônio Carlos Magalhães. O comentário do cientista político José L. Fiori, publicado no caderno Mais da

Folha de S. Paulo, 3 de julho passado, resume a situação deste candidato: "O que a nova aliança de FHC se propõe, na verdade é algo mais sério: remontar a tradicional coalizão em que se sustentou o poder conservador no Brasil. É este o verdadeiro significado direitista de sua decisão que não é de hoje, mas data de maio de 1991, quando apoiou a reorganização do governo Collor em aliança com o próprio PFL de ACM e Bornhauser...".

O PT e Lula lutam para ser o divisor de águas na história política do país. Tentam romper com o atual projeto desenvolvimentista e neoliberal monitorado pelo FMI. O PT conta com grande apoio da sociedade civil organizada. Considerado radical por suas teses socialistas, o partido enfrenta contradições internas a nível ideológico, que têm sido superadas com dificuldades. Se assumir o poder terá muitas dificuldades para enfrentar os grupos dominantes, a imprensa burguesa e o FMI. Mas, sem dúvida, poderá contribuir para mudanças históricas positivas para os excluídos.

Com certeza a crise econômica e política não será resolvida após as eleições. O novo presidente não fará milagres. As mudanças almejadas por todos só virão na medida em que a democracia for sendo construída com a participação de todos, principalmente, dos milhares de excluídos.

AS ELITES SE DEFENDEM COM PLANOS ECONÔMICOS

Júlio Rocha

A incompetência da elite brasileira e sua intelectualidade em gerir um projeto autônomo e independente dos agentes internacionais (FMI) faz com que se apresentem, sempre que as elites vêm em jogo seus interesses econômicos e sua hegemonia política, planos mirabolantes de efeito piratônico e tempo determinado. Foi assim em 86, com o Plano Cruzado quando estava em fogo o prolongamento do mandato de Sarney e a composição da Assembleia Nacional Constituinte.

Hoje, quando nos apresentam mais um plano, faz necessária a reflexão sobre seus

objetivos, bem como suas consequências. Senão, vejamos:

1 - Por que o plano entrará em vigor apenas agora, a 4 meses das eleições presidenciais? E será merecedor que o seu principal idealizador seja candidato? Resta, assim, alguma dúvida sobre os objetivos imediatos do plano?

2 - Os trabalhadores levarão o 12º golpe com o congelamento do seu salário pela média dos últimos 4 meses do ano de 93 e com o reajuste de preços pelo piso do dia 28 de fevereiro de 94. Numa inflação média de 40% ao mês, as perdas de valor de compras dos salários fizeram com que eles ficassem vergonhosamente defasados, chegando, em alguns setores (medicamentos), a mais de 400%.

3 - As estimativas de 8 milhões de desempregados tendem a disparar para 10 milhões com os efeitos recessivos do plano que atingirão milhões de lares afetados pela falta, agora crônica, de oportunidades de emprego.

4 - A criação do Fundo Social de Emergência (imposto pelo FMI), com o desvio de 20 bilhões de dólares dos investimentos da saúde, educação e habitação, com consequências não só visíveis, mas sentidas diariamente por todos os trabalhadores, está servindo agora para a compra de arroz coreano, enquanto o arroz brasileiro apodrece nos armazéns governamentais.

Visto assim: a evasão de riquezas, a fome, o desemprego e a falta de assistência são

os principais ingredientes de mais este plano "milagroso", cujo principal e inarredável objetivo é garantir uma estabilidade econômica pré-determinada e a hegemonia política das elites dominantes às custas da pobreza da nação.

Por outro lado, neste quadro que se traça, as massas trabalhadoras, cansadas da hipnose econômica, jogam suas esperanças nos projetos alternativos da esquerda brasileira. E, a este, por sua vez, não resta outra coisa senão secundarizar suas divergências pessoais e unificar-se em torno dos objetivos comuns como via óbvia de alcançar a hegemonia política necessária para fazer as reformas estruturais já tão urgentes e tardias.



TEMÁTICA

Continuam os preparativos para o Trienal da IRG. Na última reunião, o Comitê discutiu os elementos fundamentais do programa, que consiste numa mescla de pequenas reuniões e sessões de maior duração. Enquanto que as sessões plenárias das manhãs serão relativamente breves, com um resumo das notícias mundiais, as reuniões das tardes, com vários expositores, abordarão seis temas diferentes: a opressão econômica; a justiça econômica; a evolução da IRG desde a última Trienal; o significado da solidariedade entre mulheres para o movimento da não-violência; crimes de guerra e apoio social; alternativas não-violentas ao exercício.

No centro do programa há vários grupos temáticos. Cada grupo se reunirá durante cinco sessões para que os participantes tenham tempo de analisar o tema com profundidade e incorporar ao debate elementos das reuniões plenárias e dos debates. Os temas serão: trabalho das mulheres contra o militarismo e a violência; intercâmbio intercultural no treinamento da não-violência; recrutamento e estratégias sobre a objeção de consciência; racismo, nacionalismo e conflitos étnicos; transição à democracia; violência na vida cotidiana; insegurança social e urbana; alternativas às armas; intervenção não-violenta direta e defesa civil; militarização e meio-ambiente; e estratégias para uma economia que fomente a justiça.

EL FUSTIL ROJO
NO 29, Junho 1994

OBJEÇÃO COMO PRINCÍPIO DA LIBERDADE

Militantes da Não Violência de oito países da América Latina realizaram o I Encontro Latino Americano de Objeção de Consciência, de 8 a 14 de maio passado, no Paraguai. O Serpaj-Brasil foi representado por Sinara Berner, Cristiano dos Santos, Antonio Ribeiro e Norberto Chemin.

Os objetivos do encontro, que contou com um curso de formação, foram: proporcionar a troca de experiências e de informações sobre a realidade de cada país, capacitação para desenvolvimento de trabalhos concretos de objeção de consciência e desmilitarização e propiciar planejamento de atividades comuns.

Durante os cinco dias, foram discutidos vários temas relacionados à questão da objeção de consciência, entre eles a liberdade, a desmilitarização, a desobediência, a justiça e a solidariedade. O debate levou em consideração as experiências e as realidades dos países latinos.

A seguir, um resumo da análise sobre os temas principais: a Objeção de Consciência deve ser compreendida e defendida dentro do contexto geral da luta pela libertação do homem. Uma luta que não se limita apenas a questionar o serviço militar, mas que



também busca a abolição das forças armadas e de qualquer sistema sócio-econômico, político e moral que esteja baseado na dominação mediante o uso da violência contra o ser humano e o meio ambiente. A OC ataca a instituição e seu projeto repressor, mas não o homem que está dentro do uniforme. O princípio que norteia esta luta é a liberdade de consciência entendida como a busca da realização da utopia por uma sociedade igualitária, fraterna e justa.

A Liberdade relaciona-se com a OC na medida em que oferece a faculdade de ser escolhidos a opção desejada e considerada mais justa, sem que isso afete a dignidade de outra pessoa. A OC está ligada à Consciência porque esta implica em discernimento so-

bre a realidade e a possibilidade de escolha da melhor atitude e solução em relação ao meio sócio-político, tendo-se em conta sempre a dignidade humana.

No final do encontro, foi divulgado um comunicado chamando atenção para o aumento da militarização na América Latina. Esse processo representa verdadeiro perigo de um conflito armado com graves consequências, muitas delas já denunciadas: massacres de civis na Guatemala, o crescimento da violência na Colômbia, a morte de jovens nos quartéis. A solução, segundo o documento, passa pela instituição da verdadeira autonomia do ser humano através de uma sociedade nova, com justiça social, sem oprimidos e opressores.

FIM DO APARTHEID NA ÁFRICA DO SUL

As eleições realizadas na África do Sul, no mês de abril passado, são sem dúvida um dos fatos mais marcantes e relevantes dos últimos anos e reforçam as esperanças reais de mudança no país do apartheid. A convite do EMPSA (Programa Ecológico de Monitoramento para a África do Sul), Soledad Bervejillo, do SERPAJ Uruguai, participou no processo eleitoral sul-africano e manifesta suas impressões de uma experiência de suma importância para nossa organização.

A África do Sul é um país com 1.220.000 km² e tem aproximadamente 40 milhões de habitantes. Destes, 5 milhões são brancos e 4 milhões mulattos. O índice de desemprego é de 40% e a maioria das crianças negras é analfabeta.

A missão dos observadores foi acompanhar as eleições nas áreas de maior conflito e violência. O treina-

mento recebido consistia em dar apoio às eleições, viabilizando levar adiante o processo eleitoral. Junto a esta equipe de observadores, acompanhava um coordenador local, encarregado dos contatos com as organizações políticas e as autoridades eleitorais das respectivas áreas.

A principal missão consistia em observar as condições gerais quanto a possíveis fatos de violência ou de distúrbios que pudessem provocar situações contrárias a uma livre e justa expressão da vontade popular, assim como o acesso aos lugares estabelecidos para votação.

Previamente às eleições, os observadores visitaram pequenas populações, assistindo a atos, marchas, concentrações e treinamento de votantes. O clima entre observadores e coordenadores das eleições era de colaboração e de disposição para trabalhar em

conjunto, levando adiante um processo eleitoral justo e o mais limpo possível.

Finalmente, o dia 26 de abril foi muito especial. Se instalaram mesas de votação nos hospitais, escolas, asilos, etc. Neste dia, chegavam pessoas em cadeiras de roda, com muletas, mulheres grávidas, idosos e jovens, que votavam pela primeira vez em suas vidas e que o faziam com uma serenidade e solenidade emocionantes.

Nem tudo foi tão tranquilo em todo o país. Houve falhas de comunicação e de organização.

Contudo, nada impediu que as eleições terminassem bem e como resultado trouxe a alegria popular que se desdobrou em festejos, bailes e cantos.

SERPaj-AL INFORMA. Nº 40,
maio de 1994.

PERSEGUIÇÃO RELIGIOSA

UMA FLAGRANTE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Direção da "Família de Deus"

Na história do mundo, ocorreram fatos muito tristes de pessoas perseguidas, torturadas, presas, queimadas e jogadas às feras simplesmente por professarem uma fé diferente da maioria.

Com a vinda da democracia as Constituições de quase todos os países modernos garantem liberdade de religião, mas na prática estas leis não têm sido observadas. Nas últimas décadas tem surgido várias organizações de inquisidores profissionais que tem trabalhado ativamente em sequestrar, torturar e usar a força para fazerem pessoas negarem a sua fé. Infelizmente as autoridades parecem ignorar essas atividades em alguns casos até tem colaborado com essas entidades criminosas, mas existem alguns delos que

têm sido presos por seus crimes e por causa disto têm lançado uma nova técnica para alcançar estes meios, que é mentir às autoridades e fazê-los atacar as pessoas acusando-as das mais inócuas calúnias e usando a imprensa para sujar sua imagem diante do público. Este é um quadro muito sério, pois calcula-se que uma média de duas a três mil pessoas são sequestradas por ano só nos EUA.

Recentemente, um grupo conhecido como a FAMÍLIA que se dedica a divulgar o Evangelho ao mundo, tem vivido uma das experiências mais traumáticas, angustiantes e abusivas de autoridades do governo invadindo suas comunidades de madrugada com tropas de choque e retirando adultos e crianças de suas camas, prendendo os pais na frente dos filhos e colocando as crianças em instituições para exames e testes. Para depois chegarem a conclusão que eram

inocentes e libertá-los sem nem ao menos desculpá-los e indenizá-los pelo dano causado às crianças. Esse caso aconteceu na Áustria, França e mais recentemente na Argentina, onde mantiveram os membros do grupo presos por três meses. O SERPAJ teve um papel ativo na libertação dessas pessoas juntamente com as organizações que defendem os Direitos Humanos.

Quando entidades civis, em países que se dizem civilizados, podem ser manipuladas e pressionadas por grupos anti-religiosos para atacar essas comunidades sem nenhuma evidência, isso abre um precedente perigoso e que todos os amantes da liberdade tem que estar cientes. Se permitirmos violações tão descaradas hoje, quem será a próxima vítima?

Se as pessoas fecharem os olhos e passivamente ignorarem quando o direito dos outros serem violados, pode-se

ter certeza que esses agressores serão fortalecidos. Mas se levantarmos e fizermos o que pudermos para resistir a atos de opressão, os agressores pensarão duas vezes antes de vitimar os inocentes.

Para finalizar lembremos das palavras de Martin Niemöller sobre sua própria experiência:

"Quando os nazistas começaram a prender os comunistas, eu não me manifestei porque não era comunista. Depois começaram a prender os judeus e eu não me manifestei porque não era judeu. Depois começaram a prender os sindicalistas e eu não me manifestei porque não era sindicalista. Depois começaram a prender os católicos e eu era protestante, então não me manifestei. Depois quando chegou a minha vez, eles vieram atrás de mim... nessa altura já não havia mais ninguém para se manifestar a favor de ninguém."

CURSO

VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

O SISTEMA ECONÔMICO E POLÍTICO DO BRASIL É UMA DAS PRINCIPAIS FONTES CAUSADORAS DO AUMENTO DA VIOLÊNCIA NO PAÍS

Durante a reunião do Conselho Nacional do SERPAJ com os coordenadores regionais realizada de 3 a 5 de junho, em Brasília, foi realizado o Curso de Formação sobre Direitos Humanos, com participação de 16 pessoas.

O curso proporcionou discussões e análises sobre a situação dos direitos humanos e as principais violações cometidas no país. Foi feito um levantamento geral sobre as causas e as consequências deste estado de violência. Também foram discutidos os fatores econômicos, políticos, culturais, sociais e ideológicos relacionados a esta questão. O que norteou a análise foi o entendimento de que a violência não se restringe aos crimes, mas também aos fatores que os geram.

A partir desta visão ampla da violência, foi possível apontar o atual sistema econômico brasileiro como uma das principais fontes causadoras das violações dos direitos humanos no país. Isso ocorre na medida em que se constata que este sistema desencadeia mecanismos negativos para o bem-estar da sociedade como um todo.

Tais mecanismos, que têm como base a exploração da classe trabalhadora e a marginalização de parte da população, são: inflação, dívida externa e dependência aos mandamentos do FMI, desvios dos orçamentos da União, concentração de renda e de terras, planos econômicos recessivos, políticas viciadas nas áreas de saúde, educação e saneamento.

Para manter este sistema é feita uma cuidadosa manipulação ideológica, sustentada pela militarização da sociedade, falta de acesso à educação, analfabetismo, meios de comunicação de massa, uso da religião como alienação, manutenção do racismo e do preconceito contra a mulher e homossexuais, morte das produções culturais, entre outros aspectos.

Todos esses fatores conjugados causam crimes que deveriam envergonhar os governantes. Alguns desses crimes são os assassinatos de meninos e meninas de rua, de trabalhadores rurais, de índios, prostituição infantil, exclusão social e racial, fome, desemprego, trabalho escravo, sub-emprego, falta de atendimento à saúde, falta de mora-

dia e de planejamento urbano.

Não basta levantar as violações dos direitos humanos. É necessário estudar e identificar suas causas, os interesses e os atores envolvidos no processo.

No encontro, foram feitas ainda considerações iniciais sobre a relação entre a violação dos DH e a ordem econômica mundial. Esta exerce grande influência nos programas políticos e econômicos nacionais, implementando cada vez mais o seu modo de produção capitalista interessado apenas na exploração da classe trabalhadora. A burguesia nacional, por sua vez, só tem servido para implementar o projeto do capital internacional sem nenhuma preocupação com a sociedade e Estado brasileiros.

OS DIREITOS DAS MULHERES SÃO DIREITOS HUMANOS

Lutar pelo reconhecimento dos direitos da mulheres como direitos humanos é a meta de inúmeras organizações internacionais de mulheres. Daí a campanha mundial para que a violência de gênero seja tema da agenda internacional e se aprove mecanismos efetivos para erradicá-la, preveni-la e castigá-la. Charlotte Bunch identifica quatro campos de atividades nos quais se deve trabalhar.



Primeiro, os direitos da mulher como direitos políticos e civis. Abrange a visibilidade das mulheres que sofrem violação dos direitos humanos (tortura de presas, status das refugiadas, etc na qual está fazendo um grande trabalho a Anistia Internacional). A luta a partir dos direitos políticos e civis dos homens e mulheres é um ponto de partida para que os grupos ampliem seu trabalho e aumentem a perspectiva das mulheres para ir paulatinamente chegando à raiz do problema. Mas isto não é suficiente.

Segundo, os direitos das mulheres como direitos socio-econômicos. Compreendem o direito à alimentação, ao teto, à saúde e ao emprego. Estes grupos, que trabalham especialmente com mulher e desenvolvimento, constatarem um aumento na violência contra as mulheres porque esta é considerada como um fator negativo à produtividade social. Um dos empecilhos é a redução das necessidades da mulheres na esfera econômica. Na realidade - afirma Bunch -, deve-se buscar um processo de desenvolvimento transformador que leve a um poderio político, econômico e cultural das mulheres.

Terceiro, os direitos que as leis outorgam às mulheres. Isto implica na criação de novos mecanismos legais que pressionem as instituições a trabalhar com as mulheres e que aumentem a responsabilidade do Estado contra a violação dos direitos das mulheres. Uma das bases desse trabalho é a Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, CEDAW.

Há uma distinção especial, afirma Bunch, neste último enfoque: a reconceitualização feminista dos direitos humanos. Não trata-se de ver como os direitos das mulheres podem ser inseridos no conceito de direitos humanos; não se trata de agregar necessidades feministas dentro de parâmetros masculinos, mas de perguntar-se a partir das violações da vida cotidiana como o conceito de direitos humanos pode ser ampliado, redefinido, reconceitualizado, para satisfazer as necessidades das mulheres. Não é suficiente focar os direitos humanos somente a partir do ponto de vista das liberdades civis e políticas, socio-econômicas ou legais, mas, desde uma perspectiva feminista. Neste sentido, é preciso estabelecer, sem depender do direito a discussão, como o fizeram as filipinas do GABRIELA, que as mulheres são humanas e, portanto, seus direitos são direitos humanos. A perspectiva feminista parte então das mulheres, está centrada nas mulheres e não tem que esperar nenhuma autoridade - fora elas - que determine ou estabeleça o que são direitos humanos.

Mulher Latino Americana Hoje. Publicado pelo SERPAJ/Panamá, nº 08, 1994

FAMÍLIA ASSASSINADA

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e o SERPAJ/Brasil mais uma vez denunciam grave violação dos direitos humanos no Brasil. Trata-se de uma chacina cometida de toda uma família de trabalhadores rurais, em Anapá.

Entre os dias 2 e 3 de fevereiro deste ano, foram mortos e esquartejados cinco membros da família Magave: Nadir Magave (92 anos), seus filhos Iracy (68 anos), Osmar (62 anos), sua esposa Aurea C. de Castro (47 anos) e Alice Magave (65 anos).

Os Magave foram assassinados nas terras que ocupavam desde 1950. Em 1975, Manoel Ramos Magave, recebeu do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) licença de ocupação de suas terras. Com sua morte em 1977 essa licença passou para sua esposa Nadir e seus filhos.

Em início de março foi preso o primeiro suspeito do crime, Ronaldo Costa, ex-casero dos Magave, que confessa ter participado da chacina com mais dois elementos. Depois disso, na imprensa não apareceu mais informações sobre o caso. Difícil supor que esse

horível crime tenha sido realizado por roubo, pois nada de valor desapareceu da fazenda. Também não se conhecem antecedentes que possam caracterizar uma vingança.

Existem evidências de conflito pela posse da terra. Apesar de 1983 o INCRA ter definido melhor a área da fazenda Campo Alegre, e mais uma vez ter reconhecido o direito de ocupação dessas terras por D. Nadir e seus filhos, os limites da fazenda continuam sendo questionados pelo vizinho da esquerda, Aderbal Távora, e o vizinho de frente, a empresa Santa Clara, cujos os donos são do Paraná, e cobram terras devolutas situadas à direita e nos fundos da fazenda Campo Alegre.

Solicitamos que cartas sejam enviadas às autoridades do Anapá, exigindo investigações imparciais a fim de identificar os culpados, executantes e mandantes, desse hediondo crime, e puni-los segundo a lei.

CARTA:

Sr. Anibal Barcellos
Governador do Estado do Amapá
Rua General Rondon
Centro
68000-130 - Macapá/AP

DENÚNCIA

O SERPAJ e o Grupo Tortura Nunca Mais denunciam o caso de dois médicos comprometidos com a tortura do período da ditadura militar, que hoje ocupam postos importantes em nosso país.

Acreditamos que cidadãos como esses jamais poderão assumir ocupação de mando e confiança, pois são pessoas que constituem premeditadamente atentado à luta pelos Direitos humanos e pela cidadania.

RICARDO AGNESE FAYAD, foi promovido em 31 de março último pelo Presidente da República a General da Brigada e 2º Sub-Diretor de Saúde do Exército.

Teve seu registro médico cassado por unanimidade pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro.

No período de 4 de maio de 1969 a 1974 trabalhou para o DOI-CODI do Rio de Janeiro (centro unificado de tortura funcionava na sede da polícia do Exército). Respal dava tecnicamente as torturas contra os opositores políticos.

ROBERTO BLANCO DOS SANTOS, médico legista, trabalhou no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro nos anos 70 e emitia laudos de exame cadavérico dos presos políticos assassinados no período da ditadura militar, omitindo os sinais de tortura. Confirmava as versões oficiais de repressão: mortos em tiroteios ou atropelados ao reagir à prisão ou suicídio. Em abril deste ano, Roberto foi aprovado em concurso público para Delegado na Secretaria Estadual de Polícia Civil/RJ.

SERPAJ/BRASIL ANALISA

O ano de 1994 é muito importante para a história do SERPAJ/Brasil em virtude da realização da IX Assembleia Nacional. Passados dezesseis anos desde sua fundação, constata-se que a entidade continua ativa, viva e crescendo constantemente.

A possibilidade de reunir novamente um delegado de cada núcleo de base representa um riquíssimo avanço da não-violência. Num país deste tamanho e com tantas complexidades, garantir a existência de uma organização nacional é

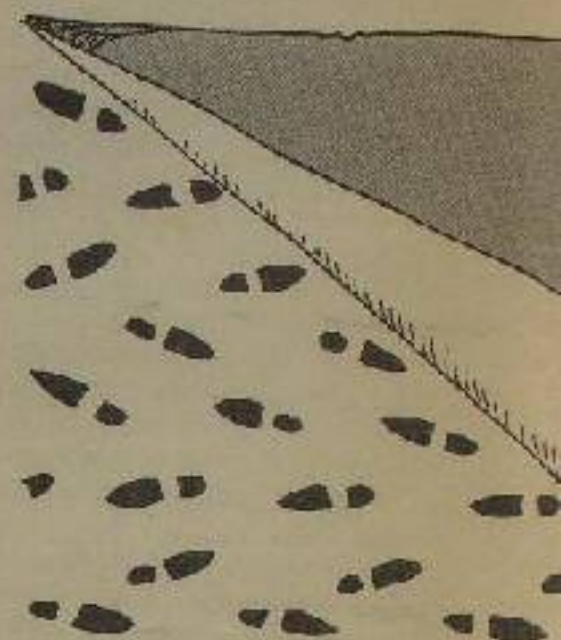
prova de coragem e determinação dos militantes. Isso demonstra também que a defesa dos princípios e da prática não-violenta é possível e necessário à transformação.

Realizar uma assembleia nacional, com participação de lideranças de base é viabilizar a troca de experiências sobre as lutas que, por certo irá fortalecer os participantes. Todos trazem uma bagagem de trabalhos que poderão ser compartilhados coletivamente.

A assembleia poderá fortalecer a entidade como ex-

pressão nacional da não-violência na medida que amadurecer sua política, sua ação, seus princípios e sua ideologia. Isto é o que se pretende com a realização da IX Assembleia Nacional.

O atual CN deseja que todos participem, expressando suas opiniões e suas avaliações, de tal forma que se solidifique ainda mais o SERPAJ abrindo novos caminhos de atuação efetiva, concreta e engajada. Só na defesa da paz e da justiça social é que mudaremos o mundo e as pessoas.



ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NACIONAL

O Serpaj/Brasil atravessou um momento difícil em seu desenvolvimento organizacional nos últimos três anos. Os problemas mais importantes estão relacionados à falta de recursos financeiros e à falta de uma prática comum a todos os integrantes da entidade e, especialmente, aos membros do Conselho e da Coordenação.

Esta situação dificultou o desencadeamento de uma política mais firme e condizente com os objetivos almejados. Uma análise mais profunda demonstra a problemática que envolveu o Serpaj neste período. Enfrenta-se hoje as consequências advindas de vários fatores e de situações históricas alheias à coordenação atual. Inicialmente destaca-se o fato de se ter recebido apoio financeiro somente de uma agência financiadora durante aproximadamente 10 anos. Isto levou a entidade a subestimar outras fontes de apoio e, como fruto disto, tivemos problemas sérios para o financiamento da sede nacional tanto com despesas de escritório e de manutenção como com recursos humanos.

Ao recomençar-se a busca de novos recursos foi enfrentada

uma conjuntura nova junto às organizações de financiamento. A política das agências para a aprovação de projetos tem passado por grandes mudanças: exige-se projetos mais técnicos e especializados, com retorno de curto prazo e praticamente não financiam mais infra-estruturas. Junto a isto houve o novo contexto mundial com a abertura do Leste Europeu e as guerras que aconteceram neste período, desviando o foco de atenção. A América Latina deixa de ser prioridade porque "convive com democracias". Assim, as principais agências assumiram compromissos com as lutas de outras organizações do terceiro mundo e do Leste Europeu. Soma-se a esta nova política o fato de que algumas agências procuradas não conheciam o SERPAJ/Brasil, devido à falta de relações internacionais eficazes de nossa parte. Fato superado em parte a partir desta coordenação, comprovado pelas inúmeras correspondências trocadas, visitas recebidas e intercâmbios realizados. A entidade deve discutir este assunto e buscar soluções diante da nova relação estabelecida pelas agências.

COORDENAÇÃO

O problema financeiro é determinante no processo de institucionalização do SERPAJ. De fato, afeta imediatamente a capacidade de coordenação efetiva a nível nacional. A falta de recursos para pagamento de honorários para os coordenadores nacionais, obriga-os a buscar uma forma de emprego que lhe garanta a sobrevivência, limitando a sua atuação junto ao Serpaj. Apenas um dos coordenadores pode destinar tempo integral para o trabalho institucional, porém isso não foi suficiente, ainda que se tenha contado com o apoio de um integrante do Conselho Nacional. Apesar desta situação, as pessoas encarregadas das tarefas

de coordenação nacional ou de trabalhos de equipe realizaram esforços para estabelecer uma identidade institucional efetiva, marcada pela adesão ao trabalho com setores populares e com atuação sobre a opinião pública apoiando a organização e as lutas concretas dos grupos de base.

Isto viabilizou que a sede nacional se tornasse um espaço útil à entidade. A partir dela viabilizou-se o encaminhamento de documentos, denúncias, elaboração de projetos financeiros, relações internacionais, elaboração de subsídios e jornal, documentos, relações com outras entidades e assessoria aos regionais.

CONSELHO NACIONAL

Desde a Assembleia Nacional de 89 que os dois últimos Conselhos Nacionais vêm experimentando diversos graus de tensões e de problemas organizativos e de financiamento. Apenas em 93 é que o atual CN começou a equilibrar sua estrutura financeira e política.

Os membros do CN são eleitos em Assembleia Nacional, juntamente com a Coordenação Nacional, com quem devem formar um corpo deliberativo. Cada membro do CN representa e provém de um regional específico, porém, não exerce autoridade sobre esse Regional.

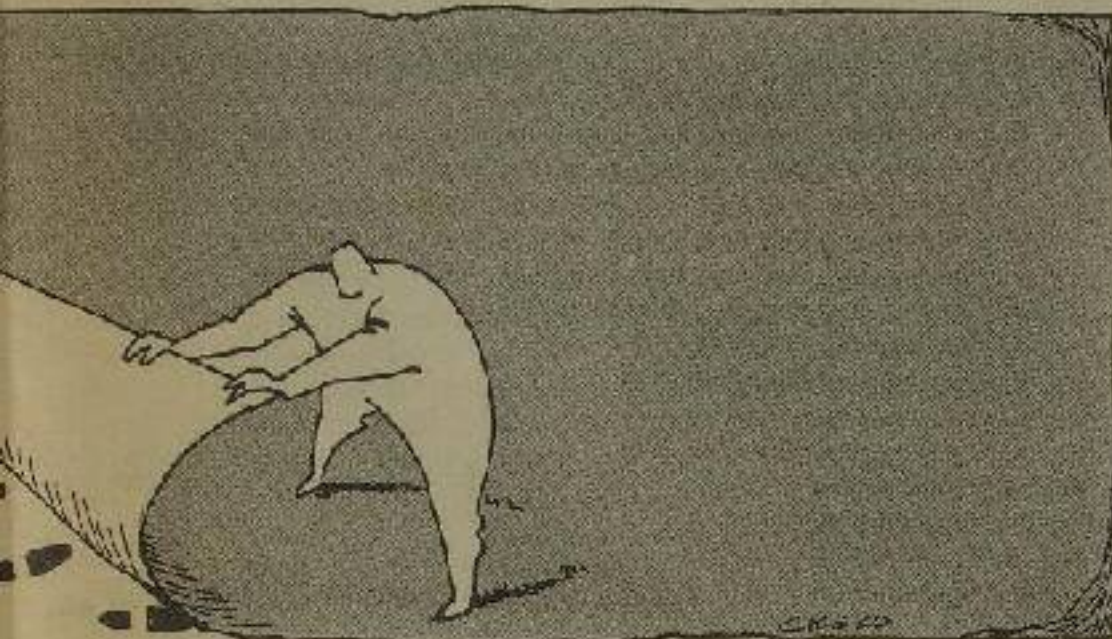
O Conselho Nacional não

tem autoridade direta sobre os Regionais e não existem critérios em que possa basear-se para solucionar determinadas situações conflitivas. Exemplo disto é a possibilidade de livre reprodução dos núcleos de base porque não existem orientações para o controle institucional.

Contudo, das reuniões realizadas pode-se constatar um avanço considerável quanto às discussões e à tomada de decisões. Uma constatação disto está nas próprias atas das reuniões onde o número de páginas, relatando as discussões, praticamente triplicou.



A SUA ORGANIZAÇÃO



GRUPOS E REGIONAIS

O Regional, de acordo com as teorias institucionais, é responsável somente frente a si mesmo e frente a Assembleia Nacional.

No caso de surgir algum problema num determinado regional é ele mesmo que resolve frente a si mesmo, como juiz e parte.

Os filiados do Serpaj/Br. somam aproximadamente 800 pessoas. Porém os ativos, que tem algum grau de participação direta, não superam 250 pessoas. No geral, os integrantes desses núcleos são muito antigos e suas filiações são marcadas pelo laço religioso-teológico. Atualmente, nota-se uma preocupação centrada no sócio-político.

Há um fato que pode ser avaliado como uma limitação, porém, visto da perspectiva dos processos de integração é positivo: o Serpaj/Br. esteve dirigido, durante muitos anos, por personalidades públicas muito determinantes. As mudanças que se produziram a partir de 1989 com a incorporação de dirigentes novos, sem presença na opinião pública são consideradas como desvantagens a nível externo e como fortalecimento a nível interno.

Existem núcleos que aparecem com uma clara identidade com os objetivos e fins da entidade. Há outros com identidade mais vinculada com finalidades sociais e políticas, guardam algum nível de relação

com o Serpaj. Porém, não refletem necessariamente a identidade do Serpaj. Dito de outra maneira: são núcleos que podem existir com ou sem o Serpaj.

Cada regional e seus núcleos têm uma história própria dentro do Serpaj. Eles se desenvolveram independentemente e reconhecem como marco doutrinário os princípios e os valores da não-violência.

A maioria dos filiados ativos é composta por uma consciência social e política, que não se reconhecem em militâncias sindicais ou partidárias de forma geral e exclusiva. Desenvolve trabalhos de base, antes ou durante sua permanência no Serpaj, e atualmente mantém vínculos muito importantes com grupos de base.

A comunicação entre um regional e outro é extremamente difícil e complexa. A distância entre eles impede uma melhor comunicação. Isto significa que para efetuar viagens de coordenação é necessário dispor de dois a três dias viajando por terra, tornando a articulação muito difícil.

A existência de uma numerosa quantidade de núcleos, sobre os quais, tanto a coordenação nacional como o CN não têm uma relação real, incide negativamente na estrutura de decisão da instituição: o regional que tem mais núcleos declarados como tais, tem também maior número de votos na Assembleia Nacional.

FORMAÇÃO

O tema da não-violência foi um dos que mais preocupou o CN neste período. Há uma deficiência grande nesta área, sendo necessário criar mecanismos cada vez mais eficazes de capacitação e treinamento. Os cursos normais, comumente realizados pelos regionais e a nível nacional, não trouxeram resultados concretos para capacitar eficientemente a militância serpajiana.

Neste sentido, o SERPAJ precisa pensar seriamente em dois aspectos novos além de estudar o que é não-violência. O primeiro refere-se a qualificação técnica de seus integrantes, dando a eles capacidades administrativas básicas que possibilitem a elaboração de planos de atividades, de projetos políticos e financeiros, de coordenação de cursos e de relações públicas. O segundo aspecto a ser aprofundado é, com certeza, o da teorização das lutas desencadeadas. Não há bons registros do que se faz nem tampouco se fazem sistematizações das práticas realizadas.

Mesmo assim, nos três anos foram assumidas e concretizadas três experiências nacionais e algumas regionais com os laboratórios de Não-Violência. Estes surgiram pela necessidade de mudar o método de formação nacional e com o objetivo de solucionar em parte esta problemática acima mencionada.

O plano de formação previa a realização de seminários regionais a cada ano. A meta foi atingida em aproximadamente 80 por cento. Os cursos tiveram um caráter de capacitação interna sendo atingidas pessoas que já integravam a entidade. Isto se deu pelo fato de que quase todos reclamavam não conhecer o que é não-violência.

O método utilizado foi o da realização de encontros nos finais de semana com debates, estudos de subsídios e exposições. Este método possibilitou atingir um maior número de pessoas. Quanto ao período da formação parece positivo, falhando aprofundar o método de estudo e capacitação e os objetivos que se quer com isto.

LINHAS DE AÇÃO

O SERPAJ em sua última assembleia definiu o Plano Estratégico de Ação, abordando o mais amplamente possível os temas desenvolvidos pelos grupos de base. Passados os três anos avaliamos que alguns tiveram maior destaque que outros e, além disto, surgiram novos temas que foram assumidos pela entidade.

Entre os principais temas trabalhados ressaltamos: Objeção de Consciência, Alfabetização de Jovens e Adultos, Educação para a Paz nas escolas,

500 Anos e Mulher. Todos estes temas foram amplamente divulgados pelas publicações feitas a partir da sede nacional. Elaboravam-se subsídios, documentos e livros com conteúdos e dinâmicas para orientar os trabalhos de base. Neste aspecto destaca-se como importante a publicação do jornal "Justiça e Não-Violência" que propiciou a divulgação das atividades dos grupos e regionais. As publicações também possibilitaram o ingresso de recursos financeiros.

IX ASSEMBLÉIA NACIONAL

O SERPAJ/Brasil estará realizando durante os dias 15 a 19 de agosto sua IX Assembleia Nacional e convoca para isto os integrantes da entidade para dela participarem. Os delegados desta assembleia serão: 1 delegado de cada grupo, um de cada regional, os membros do Conselho Nacional e do Conselho Representativo Nacional.

Durante a IX Assembleia estará sendo discutidos assuntos como a Conjuntura Nacional e Internacional, Balanço da entidade, Plano de Ação, Princípios e Eleição da Coordenação.

SERPAJ/AL AVALIA

ARTICULAÇÃO LATINO AMERICANA PROGRAMAS

Seria bom começar perguntando: Para que serve a CLA? É necessário que exista? E se não é necessário, como deve ser sua estrutura e funcionamento? Existem propostas com algumas idéias surgidas da experiência destes anos.

Contudo, até agora é pouco visível o aproveitamento da estrutura (física e organizativa) da CLA por parte dos SN. É evidente que a nível financeiro procurou-se utilizá-la através de atividades como foi a Assembleia do Povo de Deus - APD, a campanha contra a Guerra do Golfo (sua coordenação) e, em princípio, o programa de comunicações e até o aproveitamento de algumas publicações. Mas, obviamente não é suficiente.

O funcionamento interno da Coordenação Latino Americana (CLA) deve ser considerado a partir de dois pontos de vista: os recursos para se cumprir os objetivos e o entendimento entre os coordenadores.

Os recursos materiais foram suficientes para sustentar a coordenação, apesar de dificuldades iniciais. No começo houve déficit de caixa e poucas possibilidades imediatas de obtenção de dinheiro. A estratégia utilizada foi ampliar as relações junto às agências internacionais; isto

permitiu manter um fluxo de dinheiro suficiente para financiar as atividades propostas (abastecer os Secretariados Nacionais - SN com equipamentos de comunicação, organizar colegiados e seminários, divulgar as publicações e, inclusive, viajar a alguns SN que requeriam urgentemente a presença da CLA).

Quanto a recursos humanos, a CLA contou com dois coordenadores a um tempo integral e outro por meio turno. O SERPAJ/AL realiza muitas atividades especialmente a nível internacional. Por isso a CLA deveria ter maior presença na vida institucional da organização o que exige que seus coordenadores trabalhem por tempo integral.

Apesar destas dificuldades, a CLA funcionou quase sempre de maneira colegiada e suas reuniões periódicas cumpriram os objetivos. Em algumas oportunidades, foi compartilhado o tempo com SN e isso socializou o trabalho.

A maioria das atividades propostas, especialmente na forma de programas de trabalho, foi cumprida a nível básico. Algumas foram além das expectativas, como a APD. Outras atividades foram prejudicadas pela falta de financiamento como foi o caso do programa de educação a nível

regional.

As atividades da CLA esgotaram, portanto, em função dos programas definidos pela CLA e pelos SN. Avaliemos: se os programas são determinados pela CLA e não pelos SN, é difícil que esses se sintam envolvidos. Houveram atividades que transcendiram os programas e tiveram dimensão continental sem estar contidos em nenhum deles. É o caso da "representação internacional" na ONU, etc. De fato isto se transformou numa atividade que o SERPAJ chegou a desempenhar um importante papel na luta pelos direitos humanos a nível internacional, especialmente na integração das ONGs da América Latina. Esta atividade, relacionada estreitamente com o trabalho nacional em direitos humanos, fez com que o SERPAJ se destacasse das outras organizações.

Muitas vezes as atividades da CLA apareceram separadas do restante do SERPAJ/AL; a falta de informação sobre elas foi quase característica inclusive de quem participou em colegiados nos quais se informava sobre o assunto.

Para a CLA foi muito difícil encontrar respostas dos SN em suas atividades, mesmo porque foi pouco procurada pelos SN, exceto para assuntos financeiros.

Os programas de trabalho tiveram a intenção de dar forma às atividades da CLA e relacioná-las com os dos SN.

O Programa 500 anos conseguiu grande mobilização em alguns SN e em quase todos gerou um novo espaço de trabalho ecumênico ou o ampliou onde existia.

O Programa Educação é o que melhor cumpriu suas atividades: unificou uma série de critérios e compartilhou informações entre os membros do SERPAJ/AL. Contudo, pela falta de financiamento, todo o trabalho continental paralisou, ainda quando a UNESCO aceitou co-participar com o SERPAJ do programa.

Esta é a atividade fundamental e majoritária dos SN mas, não saiu do contexto nacional, apesar de terem acontecidos alguns intercâmbios individuais e algumas iniciativas como o encontro do Uruguai sobre Educação Formal com a presença de alguns SN.

O programa da mulher não foi desenvolvido por falta de fundos, de uma real participação das companheiras em assumir o tema e em fazer disto uma linha do SERPAJ. Deve ser realizada sua continuação como tal e não como apoio às organizações de mulheres já existentes que desenvolvem e trabalham o tema.

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO PARA O SERPAJ

A comunicação não foi boa no geral, exceto em alguns SN cujo trabalho complementou-o com o da CLA e conseguiram um apoio mútuo. Em geral, os SN que entenderam que a CLA é a coordenação da organização a qual todos os SN pertencem, não uma coisa à parte, foram os que conseguiram financiamento. Estes que mantiveram comunicação permanente e co-participaram de atividades e integraram-se ao trabalho internacional. Isso não ocorreu com a maioria dos SN. Por outro lado, continua existindo um entendimento corporativo

na relação CLA-SN ou SN-CLA. Isto se reflete em aspectos do relacionamento financeiro (2%) e em atividades.

A respeito disso, procurou-se uma maior coesão com o projeto marco. Projeto que a CLA deixou de avaliar uma série de variáveis existentes nesta relação, mas que é necessário analisar e clarear no futuro imediato. Em certos programas, como o de 500 Anos, a experiência foi diferente. Nesta oportunidade, a maioria dos SN teve participação ativa e a comunicação foi mais fluida.

Igualmente acontece com algumas atividades regionais como o encontro de desmilitarização. Quer dizer, existem tarefas que os SN e o SERPAJ em geral assumem como à CLA e nesse caso a relação é melhor. Do ponto de vista do relacionamento bilateral, foi bom. SERPAJ AL, nesse aspecto, tem superado etapas nas quais esta era uma trave para qualquer projeto que se planejava. É necessário estabelecer prioridades de trabalho. Nestas os SN são a base do trabalho.

Por mais que se repita,

não deixa de ser certo que os SN são a essência do SERPAJ e o trabalho internacional ou de coordenação continental não tem sentido sem o aporte destes. Os problemas de comunicação que sub-existem serão solucionados na medida que nos integremos em atividades ou programas comuns. Igualmente deveria-se considerar o SERPAJ Europa na elaboração de todas as propostas e programas do SERPAJ/AL já que existem lutas concretas na Europa com necessidade de serem assumidas por eles e de acordo com sua realidade.

20 ANOS DE ATUAÇÃO

PROPOSTAS DE ORGANIZAÇÃO E PROGRAMAS



COM A REALIZAÇÃO DE MAIS UMA ASSEMBLÉIA O SERPAJ NA AMÉRICA LATINA, ESTARÁ REDEFININDO SEUS PRINCÍPIOS, SUA ORGANIZAÇÃO E SEUS PROGRAMAS DE TRABALHO PARA OS PRÓXIMOS QUATRO ANOS.

NA LUTA PELA DEFESA DA PAZ, DA JUSTIÇA, DOS DIREITOS HUMANOS, DA SOLIDARIEDADE ENTRE OS POVOS E DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA, ATRAVÉS DA NÃO-VIOLÊNCIA, O SERPAJ CONTRIBUI PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE.

ORGANIZAÇÃO

Em relação à organização e ao funcionamento propõe-se:

- * Uma coordenação Latino Americana composta por três coordenadores, com assessores em temas específicos como finanças, administração e capacitação;
- * Um/a coordenador/a responsável pelo programa de trabalho voltado para produção de publicações, administração da sede central, relações internacionais, comunicação, atuação junto à CLA;
- * Um coordenador/a adjunto/a responsável pela supervisão e apoio aos SN correspondentes da organização dos colegiados (temática e organização) e da área de capacitação interna;
- * Um coordenador/a adjunto/a que se responsabilize pelo programa de supervisão dos nacionais que corresponda à área de propostas externas (conjuntura, trabalhos e toda a atividade organizada pelo SERPAJ para a sociedade junto às outras ONGs,

sindicatos, universidades a nível continental).

Em relação ao assessor/a, que trabalharia com a CLA, pode-se criar o cargo de Secretário/a Executivo/a. Isto depende das possibilidades financeiras. É possível que um dos coordenadores encarregue-se da questão financeira.

Nos Secretariados Nacionais deveria ter um/a encarregado/a das relações com a CLA de forma mais permanente e reforçar as equipes de trabalho a nível regional.

Manter uma sede fixa seria de grande importância para a continuação dos trabalhos e para afirmar a referência.

PROGRAMAS DE AÇÃO

A nível de programas deveria-se manter os seguintes: EDUCAÇÃO PARA A PAZ E DIREITOS HUMANOS; ECUMENISMO E NÃO-VIOLÊNCIA ATIVA e COMUNICAÇÃO COMO UMA FUNÇÃO PERMANENTE DA CLA EM APOIO AOS SECRETARIADOS NACIONAIS.

A novidade seria o programa de Direitos Humanos, que

deve ser elaborado para ser discutido na Assembleia. Além da Assembleia do Povo do Deus outra atividade que não estava em nenhum programa e que convidou quase todos os SN foi o Tribunal contra a Impunidade na AL. Somos referência em relação a este tema a nível nacional e internacional.

Propõe-se um programa que inclua os novos fenômenos de direitos humanos como o militarismo, a segurança urbana, os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Este programa teria um nível nacional desenvolvido fundamentalmente pelos SN com apoio da CLA e de outros SN e em nível internacional com participação de ONG, ONU, OEA, etc. É necessário uma equipe de trabalho que elabore propostas e um perfil do SERPAJ em D.H. para apresentá-la na Assembleia Geral. Seria um setor que incluísse apresentação em fóruns internacionais, desde apoio aos SERPAJs (campanhas e atividades em geral) e se responsabilizasse pela relação com outras ONG de direitos humanos na AL, etc.

DE 14 A 20 DE JULHO IV SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO

Ao comemorar os 20 anos de atuação no continente latinoamericano, o SERPAJ realizará, em Costa Rica, o seminário: "Não-Violência, Direitos Humanos e Democracia. Uma Perspectiva Crítica", no qual se pretende analisar a história e experiência da organização, assim como sua inserção no contexto atual da América Latina e do mundo.

O Seminário contará com 3 painéis principais, os quais darão origem a um trabalho e discussões em pequenos grupos.

O primeiro será sobre o tema "Resolução de Conflitos na Democracia", com a participação de Fernando Aliaga, do SERPAJ/Costa, que falará de não-violência como alternativa de resolução de conflitos. Posteriormente, falará Adolfo Pérez Tequiuel e que abordará a experiência e atuação do SERPAJ neste tema durante os 20 anos de sua existência.

O segundo começará com o tema "Promoção e Formação em Direitos Humanos na Região" com Luis Pérez Aguirre, do Uruguai. Abordará a educação para os direitos humanos nos aspectos formais e informais e suas possibilidades de uma multiplicação na AL.

O terceiro painel, "Democracia e Desenvolvimento a partir da perspectiva dos direitos políticos e sociais" será tratado por Franz Hinkelamert, da Costa Rica.



MOVIMENTO PELA VIDA, DIGA NÃO À VIOLÊNCIA

O SERPAJ/Pedregal em conjunto com o Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, entidades populares e instituições locais, preocupado com a crescente evolução da violência urbana, expressa em criminalidade, realizou no dia 6 de abril de 1994 um seminário intitulado "Indignação Maior que o Medo, Violência Não!". Estiveram presentes cerca de 180 pessoas, com o objetivo de discutir as diversas manifestações da violência.

Em sequência a esse seminário, realizou-se em 21 de abril de 1994 um ato público intitulado "Atr pela Vida, Diga não à Violência", no qual participaram 500 moradores e estiveram presentes autoridades do DF, entidades civis locais e municipais. Nessa ocasião foram apresentadas várias propostas, dentre as quais a realização de uma tribuna popular na Câmara Municipal de Luziânia, com o objetivo de levar propostas para solucionar os problemas sociais locais. Essa proposta foi defendida pelo grupo do SERPAJ e pelo DEX-UMB.

Como prosseguimento a essa mobilização houve a coleta de 1.500 assinaturas contra a violência e a favor da vida, nos locais mais movimentados do Pedregal. As mesmas foram entregues às autoridades municipais, juntamente com mais de 40 denúncias graves, no dia 12 de maio de 1994, quando realizou-se a "Tribuna Popular Pela Vida, Diga Não à Violência", na qual Luiz Alvo de Silva, membro do SERPAJ/Pedregal fez um pronunciamento assinado pelo SERPAJ DEX-UMB e Conselho Comunitário de Auto. A seguir a leitura do pronunciamento:

"Os cidadãos e cidadãs do Distrito do Novo Gama, que constituem as comunidades de Pedregal, Novo Gama, Bos Vista I e II e adjacências, requisitam esta tribuna para exigir das autoridades do Município de Luziânia a adoção de providências imediatas para conter a violência, traduzida em criminalidade, que vem inquietando e intoxicando as famílias desta comunidade distrital.

Entretanto reivindicamos para esta tribuna um caráter de expediente institucional desta Casa, a fim de que as denúncias, reivindicações e propostas que aqui serão feitas não fiquem contidas na "armário de este plenário", mas que alcancem ressonância e possam ser traduzidas em atos próprios desta Câmara para obter as consequências legais e coercitivas para a nova e poderosa decisão da Luziânia.

Ao contrário da apatia do Poder Público local, a sociedade civil, através de entidades populares, tem, objetivamente se preocupado e adotado iniciativas para compreender o cenário de Violência no qual submerge a comunidade do Distrito do Novo Gama e com vistas a propor às autoridades constituídas alternativas de abordagem para, a médio e longo prazos, eliminar os fatores que vêm implicando nesse ambiente social violento, e, de imediato, conter a criminalidade decorrente dessa dinâmica social.

Neste sentido, temos realizado um conjunto de eventos: Seminários, Encontros, Ato e Mobilização Comunitária, onde, além de reflexões conceituais, buscamos a participação popular mediante a formulação de denúncias e sugestões de ações legítimas para conter a criminalidade local e garantir a segurança pública enquanto um serviço vital, de interesse social e indispensável à vida. Serviço esse, que deve ser

visto sob a perspectiva de um direito dos cidadãos e cidadãs a que a estes é devido pelo Estado.

Com esta compreensão realizamos, em abril de 1993, o Seminário Indignação Maior que o Medo - Violência Não!, com a participação de diferentes atores sociais do Novo Gama e do DF, tendo produzido alternativas para enfrentar a questão da violência; entre, foi o ato público Pela Vida, Diga Não à Violência, em 21 de abril de 1994, com a participação de cerca de 500 pessoas e de representantes de entidades locais e do DF, onde foram feitas denúncias e reivindicações; e, prosseguindo o processo de mobilização comunitária, realizou-se, em 12 de maio de 1994, na feira do Pedregal, nas igrejas e em outras localidades de concentração popular, atividades de abaixo-assinados, de coleta de denúncias e de sugestões para resolução do problema da violência. Iento, nesta atividade, são recolhidas mais de 1.500 assinaturas e cerca de 13 denúncias graves.

A partir deste processo de mobilização e de discussão, com participação popular e institucional, temos uma percepção social da violência local, caracterizando-a como "toda e qualquer ação, atitude, decisão ou omissão que agride a integridade física, moral, cultural, social, intelectual ou política e a dignidade humana".

Este processo tem se realizado através da atuação ou negligência das instituições, da falta de infraestrutura e da ausência ou ineficiência de serviços públicos, tais como: asfalto, esgoto, coleta de lixo, saúde, segurança, iluminação pública, transporte coletivo e noradia. Bens e serviços cuja prioridade tem inegável influência nas taxas de criminalidade explicitadas na forma de assaltos, roubos, estrupos, tráfico e distribuição de drogas, agressões físicas e morais, assassinatos, alcoolismo e desagregação familiar e social, com grandes implicações sobre as condições e qualidade de vida da comunidade local.

À luz desse entendimento e considerando o ambiente de falta de assistência, de verdadeiro estado de necessidade, que se encontram os moradores do Distrito do Novo Gama, afirmamos que toda Comunidade é, antes de tudo, vítima ativa ou passiva da violência instituída que grassa no Distrito.

Com essa compreensão, denunciamos como agentes responsáveis por esse processo de violência, que desprazadamente vem estigmatizando nossa comunidade com uma prorrogação "baixada fluminense", os sucessivos governos do Distrito Federal que através de suas políticas segregacionistas de uso de solo negaram o direito de moradia aos construtores e mantenedores de Brasília, expulsando-os além dos limites geográficos do DF (Cerca da RMA dos moradores do Distrito já residiram no DF); os sucessivos governantes do Município de Luziânia que, impulsionados pela especulação imobiliária, desde a década de 70, submeteram território do Município a um intenso parcelamento urbano, sem respeitar encostas, nascentes, caminhos de alta tensão e áreas litigiosas, e autorizando a constituição de Núcleos Urbanos sem os necessários investimentos em infraestrutura social. Ainda, no que se refere à responsabilidade das autoridades de Luziânia, ressaltamos o descaso da Administração Delíneo



Machado.

Este descaso evidencia-se pela ausência do Poder Público de Luziânia no provimento de bens e serviços que são de sua competência e na inexistência de autoridade legitimamente constituída, pois o Distrito do Novo Gama, com aproximadamente 80 mil habitantes, ainda não teve o Administrador nomeado nos termos da Lei Orgânica do Município. Isto além do desrespeito à comunidade constitui um crime de responsabilidade por descumprimento da Lei Maior.

E, ainda, com igual responsabilidade, citamos os sucessivos governos do Estado de Goiás que sempre governaram "de costas" para a região do Entorno e se calaram no que se refere a sua obrigação de oferecer os serviços públicos de sua competência, e quando, e fizeram, ofereceram em condições e qualidade incompatíveis com as necessidades e aspirações da comunidade local.

Cientes de que são os responsáveis, é, apesar, das condições sociais adversas, na cidadãs e cidadãs do Distrito do Novo Gama, diante da incontrolável sequência de atos violentos, que semeiam o pavor no cotidiano da sua cidade, entendem que estes precisam ser imediatamente interrompidos. Assim, compreendem que têm direito a ter direitos e, dentre estes, têm direito a acesso a segurança pública enquanto dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, que deve ser exercido pelos poderes públicos constituídos para a preservação da ordem e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (C.F., 1988, Art. 144).

Desta feita, como defensores de uma sociedade que preza a segurança de cada um como uma questão coletiva, responsabilidades de todos, nos sentimos no direito e no dever de apresentar reivindicações e propostas com vistas a combater os anseios e necessidades da comunidade, fundamentados nos princípios humanitários da liberdade, da paz, da justiça, da fraternidade e do respeito à vida e aos valores éticos que sustentam o convívio social, quais sejam:

01 - Elaboração e implementação de uma política de promoção social, com vistas a atender as famílias em situação de risco de desagregação, com atenção aos centros ameaçados (crianças, mulheres e idosos) e propiciando alternativas ocupacionais e de moradia (projeto urbanístico para as favelas do Pedregal e Novo Gama);

02 - Fazer a empresa operadora do Sistema de Transporte Coletivo do Município de Luziânia respeitar o direito do idoso à gratuidade de tarifas e suas bagagens;

03 - Instituir em âmbito municipal, com a participação da Secretaria de Educação, via sistema de ensino, a Semana da Não-Violência, a fim de se discutir conteúdos introdutórios de direitos humanos, cidadania, princípios da Não-Violência e a necessidade da Paz e de desenvolvimento institucional e individual de uma sociedade sem armas.

04 - Exigir a nomeação de autoridades policiais para o Distrito, ou seja, de Delegados trabalhando em escalas; adoção de infraestrutura e equipamentos; aumento do efetivo acompanhado de um processo de educação da polícia para melhorar o atendimento e relacionamento com a comunidade;

05 - Promover ações ostensivas para detectar agentes delinquentes na comunidade, realizando campanhas de desarmamento destas e, posteriormente, procedendo-se atividades socio-educativas para o desarmamento da população em geral;

06 - Construir uma delegacia dotada de móveis, utensílios, vitrines e armamentos e com seções especializadas de entorpecentes e de atendimento às famílias, com psicólogos e assistentes sociais, a fim de resolver os conflitos familiares;

07 - Instituir o Batalhão de Polícia Montada para patrulhar as ruas de difícil acesso ao Pedregal (cercejas e encostas);

08 - Tomar iniciativas para formação de convênios visando a operação conjunta das polícias do DF e do Estado de Goiás;

09 - Defender a institucionalização da Região Metropolitana de Brasília com a consequente constituição da Polícia Metropolitana para operar na região;

10 - Exigir junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás a formulação de um plano de segurança pública para enfrentar a criminalidade do Distrito do Novo Gama.

Feito isto, exigimos das autoridades constituídas do Município de Luziânia providências imediatas para o encaminhamento das questões aqui apresentadas e conclamamos aos participantes desta Primeira Tribuna Popular pela Não-Violência para integrar esforços e viabilizar propostas e ações que detenham o avanço da violência e assegurem a tranquilidade e paz indispensáveis à vida comunitária e fraterna.

INTERCÂMBIO

O regional Nordeste II recebeu, em setembro de 1993, a companheira Sílvia para fazer um intercâmbio com a duração de um ano. Este intercâmbio foi estabelecido entre o SERPAJ/Brasil e a PAX CRISTIANA, entidade alemã que atua baseada nos mesmos princípios que o SERPAJ.

"O desejo de fazer um intercâmbio com uma entidade brasileira nasceu quando estive no Brasil pela primeira vez em 1989. Esta visita foi realizada através dos Franciscanos e fiquei seis meses no Nordeste conhecendo a realidade local", diz Sílvia.

Este intercâmbio iniciou em setembro de 1993. O local escolhido para a realização desta experiência, previsto para um ano, foi a cidade de João Pessoa/PB, terminando agora no dia 30 de julho.

Sílvia estudou teologia, prática e ciências sociais e pretende profissionalizar-se na área de diálogo entre os países do Norte e do Sul. Acredita ser esta uma das formas de superação da exploração exercida pelos países economicamente desenvolvidos contra os países do Sul, historicamente empobrecidos pela dominação sofrida.

Preferia conhecer o Brasil não somente através de estudos, mas, também vendo a realidade com a convivência

concreta junto às comunidades periféricas de João Pessoa. Participa de atividades promovidas pelo SERPAJ, pela Central de Movimentos Populares e pela CPT. Junto com o SERPAJ vem participando dos cursos de capacitação para Alfabetizadores de Jovens e Adultos, promovidos pela Universidade da Paraíba. Além disto, representou o SERPAJ/João Pessoa em algumas atividades locais.

Seu objetivo com este intercâmbio é regressar ao seu país e desenvolver um trabalho de conscientização popular junto às escolas, movimentos, estudantes e às Igrejas. A experiência em João Pessoa foi muito rica, apesar de não ter-se definido previamente os objetivos deste intercâmbio.

O SERPAJ a nível nacional não conseguiu acompanhar esta experiência, pois, ficou limitada à realidade de João Pessoa, assim como Sílvia não pode conhecer outras realidades onde a entidade atua.

É importante a continuação deste intercâmbio, com o estabelecimento de critérios para a troca de experiências, acordados entre ambas as organizações. É importante a ida de um membro ou membro do SERPAJ/Brasil para a Alemanha para dar continuidade a este intercâmbio.



Reunião do SERPAJ com Sílvia, em frente à criança

ATIVIDADES REGIONAIS

SERPAJ/CENTRO-OESTE - Realizou um encontro regional nos dias 02 e 03 de julho com a participação de 20 pessoas. O Encontro abordou o tema da violência em relação aos Direitos Humanos. Partindo da dinâmica de estudo de textos o grupo elaborou cartazes com sistematização das idéias principais. Em cartazes foram colocados recortes de jornais que demonstrassem os diversos tipos de violência. Destacou-se o abuso de poder, leis injustas, fome, meios de comunicação em favor das elites e a falta de infra-estrutura como hospitais, escolas, segurança, etc.

Além disto, estão previstos mais dois encontros. Um na cidade de Planaltina e outro em Rio Verde, ambas no Goiás. No primeiro será discutido a atuação e formação de um grupo e no segundo, a temática da Alfabetização de Jovens e Adultos.

SERPAJ/GAMA - Iniciou no dia 29 de junho mais um Círculo de Alfabetização de Jovens e Adultos. Comparceram ao primeiro encontro aproximadamente 15 pessoas, sendo que até o momento 8 delas continuam ativas no processo de aprendizagem e discussão.

SERPAJ/NORTE I - Os membros do regional do Amazonas realizaram nos dias 13 a 18 de julho um encontro de formação regional com cerca de 20 pessoas. O tema central deste evento será a Educação Popular para os Direitos Humanos.

SERPAJ/NORTE II - A experiência de mini-laboratório, num período de 15 dias, foi válida para o regional do sul do Pará. Com base nisso é que se dispõem a concretizar mais um curso prologado, dando aos seus integrantes ótimas oportunidades de estudo sobre Direitos Humanos e Não-Violência. Espera-se para o encontro em torno de 15 pessoas, com início dia 15/07.

SERPAJ/NORDESTE I - Realizou sua Assembleia Regional nos dias 09 e 10 de julho, com a participação de delegados dos grupos de base.

Os temas que abordados no encontro foram: avaliação das atividades, formação e proposta para o futuro.

SERPAJ/JOÃO PESSOA - O grupo iniciou sua atividade de alfabetização de Jovens e Adultos neste mês. Aproximadamente 30 pessoas inscreveram-se para as aulas. Esperamos que esta experiência tenha pleno êxito, dando a estas pessoas a oportunidade de descobrirem novos valores através da escrita e da leitura crítica da sociedade.

SERPAJ/SÓSSEGO - Realizará um encontro com simpatizantes do SERPAJ. Tratará de temas como a história da entidade e sua luta pela defesa dos direitos humanos, através da vivência e prática da não-violência.

SERPAJ/RIBEIRÃO - Desenvolverá uma atividade pública sobre direitos humanos e violência. O evento terá lugar numa escola está previsto a participação de aproximadamente 300 pessoas. As palestras abordarão o tema da cidadania e juventude e cidadania e direitos humanos.

Serão proferidas por professores de Recife aos trabalhadores de Ribeirão/PE.

SERPAJ/SÃO PAULO - Este regional realizará duas atividades significativas de formação entre seus integrantes. A primeira acontecerá na cidade de Campos, onde foi formado recentemente um grupo da entidade. O objetivo é aprofundar o tema da não-violência e sua relação com a luta pelos direitos humanos. O segundo evento será em Itaquaquecetuba e contará com a presença de 2 representantes de cada grupo, totalizando 40 pessoas, aproximadamente.

SERPAJ/SUL - Realizará um encontro nos dias 09 e 10, em vista da IX Assembleia Nacional, discutindo propostas concretas e avaliações sobre os últimos anos da entidade. Conta-se para este evento com a participação de 15 pessoas, representando os diversos grupos que compõem o regional.

ESTE ESPAÇO ESTÁ RESERVADO PARA OS GRUPOS E REGIONAIS QUE QUEIRAM RELATAR SUAS ATIVIDADES. PARTICIPEM, ENVIANDO FOTOS E RELATÓRIOS.

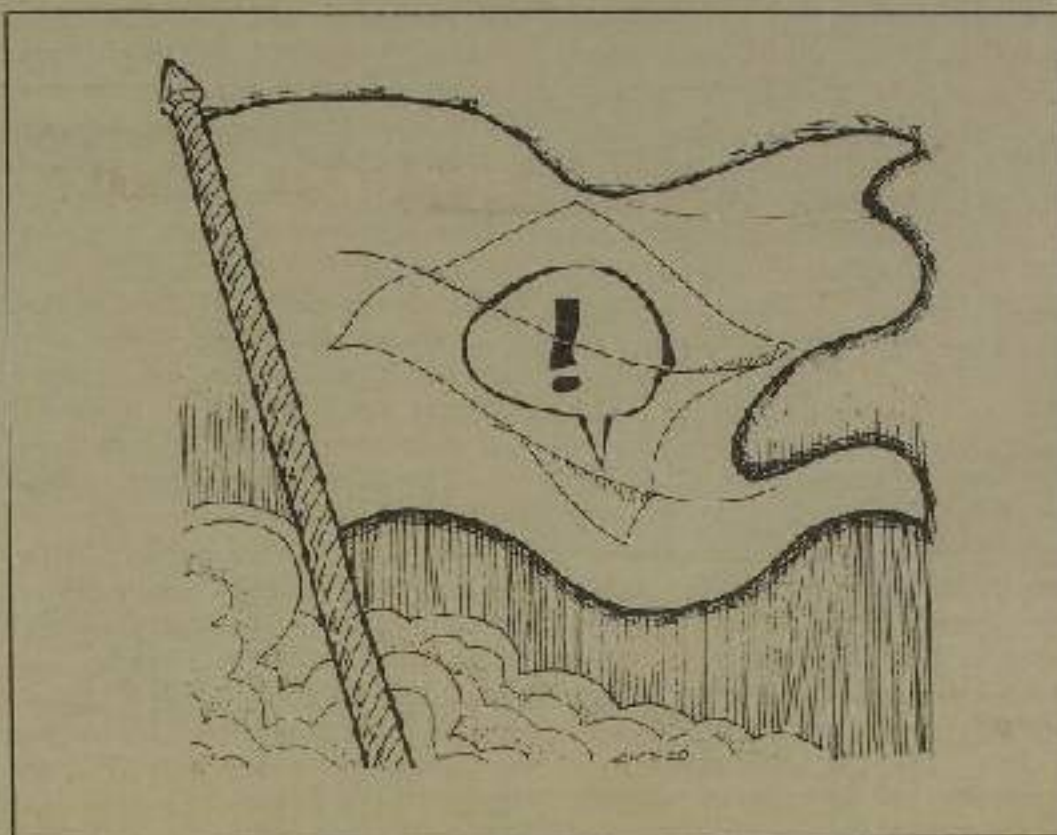
2ª SEMANA SOCIAL BRASILEIRA

BRASIL: ALTERNATIVAS E PROTAGONISTAS

Ir. Ana Lúcia

De 24 a 29 de julho realizar-se-á, em Brasília, a 2ª Semana Social Brasileira com o tema Brasil: Brasil Alternativas e Protagonistas. A 2ª Semana Social Brasileira é uma iniciativa do Setor Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

Este evento tem como objetivo ser "um grande laboratório de idéias e possibilidades de projetos capazes de enfrentar os problemas sociais, econômicos e políticos do Brasil, capazes de construir a cidadania e de superar a exclusão social, econômica e cultural, a nível nacional e regional, rompendo com propostas de saídas corporativistas e/ou separatistas, fechadas em si mesmas e isoladas de seu entorno".



Quatro grandes temas fazem parte deste evento: Desenvolvimento Econômico, Estado Democrático, Cidadania versus Dominação Político-cultural e Sujeitos e Valores

Emergentes. O eixo central de toda a discussão é a ética, ou seja, a questão: Qual a contribuição específica que podemos dar na construção de um Brasil economicamente justo,

politicamente democrático, socialmente equitativo e solidário e culturalmente plural?

Além das discussões e dos trabalhos normais da 2ª Semana Social Brasileira, há dois eventos que se destacam. Um é o debate dos participantes da 2ª Semana Social Brasileira com os candidatos à Presidência da República. Este debate será na noite do dia 28 de julho com transmissão da Rede Bandeirantes de Rádio e Televisão. O outro evento é a grande celebração pela vida e esperança do povo brasileiro denominado Oração Pelo Brasil que queremos. Esta celebração acontecerá na Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 29 de julho, às 16 horas. Esta oração será transmitida por uma rede nacional de rádio.

COMUNIDADES INDÍGENAS ENTREGAM DOCUMENTO

Os povos indígenas continuam dispostos a lutar por seus direitos e, como os outros brasileiros, também estão de olho nas próximas eleições. No período de 22 a 24 de junho passado, 30 lideranças indígenas de todo o país estiveram reunidas no Espaço Cultural da Câmara Federal para aprovar propostas a serem entregues aos presidentes.

A primeira reivindicação do documento final do encontro é a demarcação das terras indígenas. Falta demarcar mais da metade das 519 áreas indígenas. Suas terras

estão invadidas por fazendeiros, madeireiros, mineradores e posseiros. Os índios são solidários com os posseiros e pedem que eles sejam reassentados em outras terras com dignas condições. É também solicitado que a Funai deve dispor de recursos suficientes para a demarcação. Nos últimos anos tem havido uma drástica redução de verbas da Funai. Isso é resultado das pressões de setores militares e de grupos econômicos e políticos contrários aos interesses indígenas.

Outra reivindicação é

que o governo de assistência às comunidades nas áreas de saúde e educação. As comunidades indígenas têm enfrentado desnutrição, epidemias e fome. Também querem o desenvolvimento de projetos de auto-sustentação. Por fim, é exigido que haja uma reformulação da política indigenista, com ampla participação das comunidades indígenas. A Funai deverá ser reestruturada "sendo reformuladas as suas ações de acordo com os interesses e a defesa dos direitos indígenas", conclui o documento.



SERPAJ/BRASIL
SDS - Ed. Venâncio V
SALA 313
70393-900 - BRASÍLIA/DF
Telefax: 061 225 8738

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:

Maria da Penha Félix, Norberto Chemin, Ieda Cavalcante, Júlio Rocha, Ana Lúcia, Grupo Tortura Nunca Mais e Coordenação Latino Americana do SERPAJ.

O SERPAJ/Brasil é membro do SERPAJ América Latina. Organismo Consultivo da ONU, Status II do Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Mantém relações com a UNESCO (Categoria C).

*Serpa
Argentina*

IMPRESSO